



Número: **0840725-10.2022.8.19.0038**

Classe: **RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Nova Iguaçu**

Última distribuição : **18/11/2022**

Valor da causa: **R\$ 681.481.168,50**

Assuntos: **Administração judicial**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RIOPET EMBALAGENS S.A. (REQUERENTE)		HAYNA BITTENCOURT (ADVOGADO) JULIANA HOPPNER BUMACHAR SCHMIDT (ADVOGADO) MARCELLA DE AUGUSTO MOREIRA (ADVOGADO) VICTOR ASSUMPCAO DE SOUZA (ADVOGADO)	
INJETRIO INDUSTRIA DE PLASTICO LTDA (REQUERENTE)		HAYNA BITTENCOURT (ADVOGADO) JULIANA HOPPNER BUMACHAR SCHMIDT (ADVOGADO) MARCELLA DE AUGUSTO MOREIRA (ADVOGADO) VICTOR ASSUMPCAO DE SOUZA (ADVOGADO)	
RESIN PLASTICOS LTDA (REQUERENTE)		HAYNA BITTENCOURT (ADVOGADO) JULIANA HOPPNER BUMACHAR SCHMIDT (ADVOGADO) MARCELLA DE AUGUSTO MOREIRA (ADVOGADO) VICTOR ASSUMPCAO DE SOUZA (ADVOGADO)	
BMW PARTICIPACOES LTDA (REQUERENTE)		HAYNA BITTENCOURT (ADVOGADO) JULIANA HOPPNER BUMACHAR SCHMIDT (ADVOGADO) MARCELLA DE AUGUSTO MOREIRA (ADVOGADO) VICTOR ASSUMPCAO DE SOUZA (ADVOGADO)	
HAYNA BITTENCOURT (REPRESENTANTE)			
1º Ofício de Protesto de Títulos de Duque de Caxias (REQUERIDO)			
2º Ofício de Protesto de Títulos de Duque de Caxias (REQUERIDO)			
3o SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DO MUNICIPIO DE NOVA IGUAÇU ESTADO DO RIO DE JANEIRO (REQUERIDO)			
2 Ofício de Justiça de Rio Bonito (REQUERIDO)			
Cartório Ofício Único de Cordeiro (REQUERIDO)			
IEPTB-SP- Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil (REQUERIDO)			
FIDC CARIOCA (REQUERIDO)			
FIDC GOAL (REQUERIDO)			
FIDC SICOOB (REQUERIDO)		FELIPPE ALVAREZ DE SÁ registrado(a) civilmente como FELIPPE ALVAREZ DE SÁ (ADVOGADO)	
FIDC TEMPO (REQUERIDO)		FELIPE DO CANTO ZAGO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo

36686 881	18/11/2022 08:22	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
--------------	------------------	---------------------------------	-----------------

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE NOVA IGUAÇU – RJ.**

**Recuperação Judicial**

(art. 47 da Lei nº 11.101/2005)

**GRERJ eletrônica nº: 03535708433-95**

(1) **RIOPET EMBALAGENS S/A** (“**Riopet**”), inscrita no CNPJ sob o nº 00.771.482/0001-83 (doc. 02), com sede na Rua Professor Eduardo Vianna, nº 175, Galpão 01, Carolina, Nova Iguaçu/RJ, CEP: 26.012-840 galpão 01, Nova Iguaçu/RJ; (2) **INJETRIO INDUSTRIA DE PLASTICO LTDA.** (“**Injetrio**”), inscrita no CNPJ sob o nº 11.414.575/0001-77 (doc. 02), com sede na Rua Professor Eduardo Vianna, nº 175, Galpão 03, Carolina, Nova Iguaçu/RJ, CEP: 26.012-840; (3) **RESIN PLÁSTICOS LTDA.** (“**Resin**”), inscrita no CNPJ sob o nº 09.594.388/0001-70 (doc. 02), com sede na Rua Edimar Passos Faria, nº 65, Nova Macuco, Macuco/RJ, CEP: 28.545-000; e (4) **BMW PARTICIPAÇÕES LTDA.** (“**BMW**”), inscrita no CNPJ sob o nº 37.994.669/0001-56 (doc. 02), com sede na Av. Presidente Castelo Branco, nº 66, loja 106, Centro, Rio Bonito/RJ, CEP: 28.800-000; em conjunto, denominadas “**Requerentes**” ou “**Grupo Riopet**”, vêm, por seus advogados abaixo assinados, regularmente constituídos (doc. 01), com fundamento nos artigos 47 e 48 da Lei nº 11.101/2005 (“LRF”), ajuizar o presente pedido de

**RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**com pedido de concessão de tutela de urgência**

.....  
Rio de Janeiro - RJ | +55 (21) 2544-5138 | +55 (21) 99982-0021 | Av. Marechal Câmara, 271 / 3º andar - Castelo | 20020-080  
São Paulo - SP | +55 (11) 3885-6121 | R. Des. Eliseu Guilherme, 53/69 sala 122 - Paraíso | 04004-030



pelas relevantes razões de fato e de Direito que passam a expor:

**I. DA COMPETÊNCIA DESTE DOUTO JUÍZO  
DE NOVA IGUAÇU – PRINCIPAL  
ESTABELECIMENTO DAS REQUERENTES  
(LRF, Art. 3º)**

1) Antes da exposição das razões que justificam o presente pedido de Recuperação Judicial, cabem às Requerentes demonstrar a competência deste MM. Juízo de Nova Iguaçu para o processamento e julgamento do presente pedido de Recuperação Judicial.

2) Dispõe o art. 3º da Lei 11.101/2005 que a competência para deferir o pedido de Recuperação Judicial é “***o juízo do local do principal estabelecimento do devedor***”.

3) A doutrina<sup>1</sup> conceitua principal estabelecimento como “*aquele no qual o comerciante tem a sede administrativa de seus negócios, no qual é feita a contabilidade geral, onde estão os livros exigidos pela lei, local de onde partem as ordens que mantém a empresa em ordem e funcionamento, mesmo que o documento de registro da empresa indique que a sede fique em outro local*”.

4) Corrobora com este entendimento o i. jurista Fabio Ulhoa Coelho, que conceitua o principal estabelecimento como sendo “*aquele em*

<sup>1</sup>VALVERDE, Trajano de Miranda. *Comentários à Lei de Falências*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999, vol. 3. IN BEZERRA FILHO, Manoel Justino. Lei de recuperação de empresas e falência: Lei 11.101/2005: comentado artigo por artigo / Manoel Justino Bezerra Filho; Eronides A. Rodrigues dos Santos, coautoria especial. - 15. ed. rev., atual. e ampl. - São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021. pg. 88.



*que se encontra concentrado o maior volume de negócios da empresa; é o mais importante do ponto de vista econômico”<sup>2</sup>.*

5) No mesmo caminho, Ricardo Negrão<sup>3</sup> ilustra que:

*“(...) prevaleceu, portanto, no novo ordenamento, o princípio absoluto da fixação da competência pelo local onde o empresário possuir seu principal estabelecimento, assim compreendido como o ponto central dos negócios, de onde partem todas as ordens, que imprimem e regularizam o movimento econômico dos estabelecimentos produtores.”*

6) Igualmente a esse respeito, ensina o professor Waldo Fazzio Júnior<sup>4</sup>:

*“Podemos concluir, portanto, que estabelecimento principal, para os efeitos do art. 3º da LRE, não é aquele que os estatutos da sociedade conferem o título de principal, mas o que forma concretamente o centro vital das principais atividades profissionais do agente econômico, o núcleo de seus negócios, onde se densifica a empresa. Assim, o principal estabelecimento é o centro de operações negociais, sem que, por isso, seja o centro de seus principais interesses.”*

7) Apesar de não haver definição legal estabelecendo o conceito de “principal estabelecimento”, a jurisprudência caminha neste exato sentido. Vejamos:

<sup>2</sup> COELHO, Fábio Ulhoa, *Comentários à nova Lei de Falências e de Recuperação de Empresas*, Editora Saraiva, 2005, pg. 28.

<sup>3</sup> NEGRÃO, Ricardo. *Aspectos objetivos da lei de recuperação de empresa e de falências: Lei n. 11.101/05*. 2ª ed.— São Paulo: Saraiva, 2008.

<sup>4</sup> FAZZIO JÚNIOR, Waldo. *Lei de Falências e Recuperação de Empresas*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2008, pg. 51.



*PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL AJUIZADO NO DISTRITO FEDERAL. DECLINAÇÃO DA COMPETÊNCIA PARA O RIO DE JANEIRO - RJ. PRINCIPAL ESTABELECIMENTO. ARTS. 3º E 6º, § 8º, DA LEI N. 11.101/2005. VIOLAÇÃO NÃO CARACTERIZADA. INDISPONIBILIDADE DE BENS E INATIVIDADE DA EMPRESA. POSTERIOR MODIFICAÇÃO DA SEDE NO CONTRATO SOCIAL. QUADRO FÁTICO IMUTÁVEL NA INSTÂNCIA ESPECIAL. ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ. (...) 2. A qualificação de principal estabelecimento, referido no art. 3º da Lei n. 11.101/2005, revela uma situação fática vinculada à apuração do local onde exercidas as atividades mais importantes da empresa, não se confundindo, necessariamente, com o endereço da sede, formalmente constante do estatuto social e objeto de alteração no presente caso. (...) (REsp 1006093/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 20/05/2014, DJe 16/10/2014)*

*(...) o foro competente para a recuperação e decretação de falência será o do maior volume de negócios, local mais importante da atividade empresarial.*

(Trecho do voto condutor do Acórdão no CC 116.743/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/10/2012, DJe 17/12/2012)

8) No caso das Requerentes, a **operação** se concentra na empresa Riopet (1ª Requerente), cujo Parque Industrial é localizado em **Nova Iguaçu/RJ**, sendo também a **sede** do centro decisório e financeiro das Requerentes, de modo que o **faturamento** e os **empregos** são oriundos da atividade econômica desenvolvida, em sua quase totalidade, neste



Município. A título informativo, segue abaixo comparativo de funcionários atuais das empresas, mesmo após os recentes desligamentos em razão do agravamento da crise:

- Riopet: 98 (noventa e oito) funcionários
- Injetrio: 8 (oito) funcionários
- Resin: 8 (oito) funcionários

9) Além disso, diante do volume de produção e operação da 1ª Requerente, os credores do Grupo acabam se concentrando, em sua grande maioria, na própria RioPet e também na InjetRio (ambas com sede em Nova Iguaçu/RJ), veja-se:

	<b>RioPet</b>	<b>InjetRio</b>	<b>Resin</b>	<b>BMW</b>
Passivo concursal	R\$437.505.907,79	R\$187.505.341,00	R\$56.454.849,81	R\$15.069,90
Credores	293	70	45	4

10) Dessa forma, com fundamento no art. 3º da Lei 11.101/2005, não restam dúvidas quanto à competência de um dos Juízos da Comarca de Nova Iguaçu do Estado do Rio de Janeiro para o processamento e julgamento deste pedido de Recuperação Judicial.

**II. LITISCONSÓRCIO ATIVO –**  
**CONSOLIDAÇÃO PROCESSUAL – GRUPO**  
**SOB CONTROLE SOCIETÁRIO COMUM**  
**(CPC, Art. 113 c/c LRF, Art. 69-G)**

11) Em consonância ao entendimento já consolidado da

.....  
Rio de Janeiro - RJ | +55 (21) 2544-5138 | +55 (21) 99982-0021 | Av. Marechal Câmara, 271 / 3º andar - Castelo | 20020-080  
São Paulo - SP | +55 (11) 3885-6121 | R. Des. Eliseu Guilherme, 53/69 sala 122 - Paraíso | 04004-030

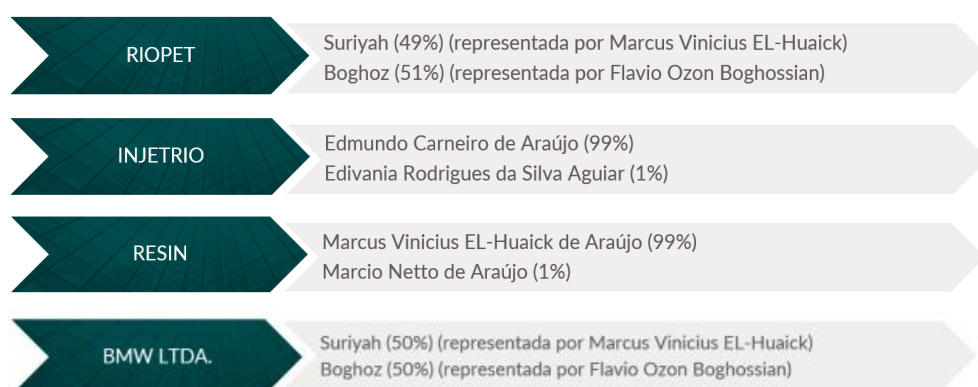


jurisprudência<sup>5</sup>, a Lei nº 14.112/2020 trouxe a possibilidade de litisconsórcio ativo entre os integrantes do mesmo grupo societário.

12) Nesse sentido, o art. 69-G da LRF, prevê a possibilidade de litisconsórcio ativo para as sociedades que integrem grupo sob controle comum para ingressarem com o pedido de Recuperação Judicial.

13) De igual modo, o artigo 113, I do CPC possibilita que as Requerentes formulem o presente pedido em litisconsórcio ativo, sendo este indispensável para assegurar o bom andamento do processo, gerar economia processual e contribuir para o sucesso e eficiência deste instituto em relação a todas as sociedades do Grupo.

14) E nem poderia ser diferente, uma vez que as 1ª, 3ª e 4ª Requerentes (respectivamente, RioPet, Resin e BMW) constituem um **grupo econômico de Direito**, ante à evidente similitude na **administração das empresas**, como se pode ver pelo esquema do quadro acionário abaixo, demonstrando a coesão existente:



<sup>5</sup> REsp 1665042/RS, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 25/06/2019, DJe 01/07/2019





15) Nota-se que o Sr. Marcus Vinicius El-Huaick figura como administrador de 3 (três) Requerentes, exceto na InjetRio, empresa administrada por seu pai, Sr. Edmundo Carneiro de Araújo.

16) Cumpre ressaltar, outrossim, que a Suriyah Participações Ltda. e Boghoz Participações Ltda., cujos sócios administradores são, respectivamente, Marcus Vinicius El-Huaick e Flavio Ozon Boghossian, figuram como sócias constituintes da Resin (3º Requerente) e da BMW (4ª Requerente) e também como atuais acionistas da RioPet (1ª Requerente), demonstrando a completa **interseção societária** entre as Requerentes.

17) De todo modo, entre todas as 4 (quatro) Requerentes, também existe, certamente, um **grupo econômico de fato**, o que já seria suficiente para o ingresso em litisconsórcio ativo, conforme entendimento do C. STJ, antes mesmo da alteração legislativa:

*AGRAVO INTERNO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DECISÃO QUE CONCEDEU O PROCESSAMENTO, EM CONJUNTO, DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADES INTEGRANTES DO MESMO GRUPO ECONÔMICO OU SOCIETÁRIO DE FATO. POSSIBILIDADE. LITISCONSÓRCIO ATIVO. ENTRELACAMENTO FINANCEIRO E DE GESTÃO DAS SOCIEDADES INTEGRANTES DO GRUPO. REGISTRO DE GARANTIAS CRUZADAS. PROCESSAMENTO CONJUNTO DA RECUPERAÇÃO. PRETENSÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTAÇÃO CENTRAL DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283 DO STF. INCIDÊNCIA. PRETENSÃO QUE DEMANDA O REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO E PROBATÓRIO DOS***



*AUTOS E A REINTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. ÓBICE DE INADMISSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. CONFIRMAÇÃO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado impõe o não conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula nº 283/STF. Aplicação analógica. 2. O exame da pretensão recursal exigiria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo v. acórdão e a interpretação de cláusulas contratuais, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos dos enunciados das Súmulas 5 e 7 do STJ. 3. Agravo interno não provido.*

(STJ. AgInt no AREsp n. 1.560.868/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 10/5/2021, DJe de 13/5/2021)

18) Ademais, a inédita Seção IV-B, da LRF positivou o que a doutrina ora explicava: os seus pressupostos de existência (grupo de sociedades interligadas – de fato ou de direito, sob controle societário comum, interdependência econômico-financeira, atividades similares e/ou complementares).

19) Na presente hipótese, o Grupo Riopet possui imensa sinergia, sendo uma empresa “dependente” das outras, utilizando métodos complementares e, assim, verticalizando a fabricação, até chegar ao cliente.

20) Inclusive, a 1ª Requerente, **Riopet**, possui sua sede em Nova Iguaçu, compartilhando do mesmo terreno com a **Injetrio**, 2ª Requerente.

21) Em termos da **operação** em si, como se verá melhor adiante, a Riopet (1ª Requerente), com passar dos anos, tornou-se uma



empresa homologada no sistema Coca-Cola®, passando a produzir diretamente à Companhia e suas Franqueadas, sendo atualmente sua maior cliente.

22) Para isso, a **Resin**, 3ª Requerente, produz *blends* e pós-condensa a resina PET, além de favorecer as importações de matérias-primas, pois possui incentivo Fiscal. A empresa processa toda a resina (reciclada e/ou virgem) e faz os *blends* necessários para melhora da qualidade da resina que será injetada e soprada. Após isso, a **Injetrio**, 2ª Requerente, fabrica as pré-formas e as injeta para fornecer à **Riopet**, 1ª Requerente, de modo que esta última possa produzir as garrafas Refpet.

23) Quando necessário, a Injetrio (2ª Requerente) também compra resina nacional da empresa Indorama, contudo, esta empresa não é homologada pela Coca-Cola® para fabricação de embalagens retornáveis (Refpet), somente sendo homologada para produção de pré-formas<sup>6</sup> *one way* (descartáveis).

24) Importante consignar que a Injetrio (2ª Requerente) somente comercializa com a Riopet (1ª Requerente) – e nenhuma outra empresa do mercado. Por sua vez, a Riopet produz as garrafas retornáveis (Refpet) e revende as pré-formas que foram compradas da Injetrio.

25) Neste caminho, cumpre destacar que algumas franqueadas da Coca-Cola® optam por adquirir a pré-forma (“tubo de

<sup>6</sup> As pré-formas do Grupo Rio-Pet homologadas pela Coca-Cola® são as com as seguintes gramaturas, atualmente produzidas com 100% de resina virgem:

- 24,53 gramas: utilizada na água mineral Cristal de 1,5 litro;
- 38 gramas: refrigerante de 2 litros de Matte leão® de 1,5 litro;
- 52,65 gramas: refrigerante 2 litros ou 2,5 litros;

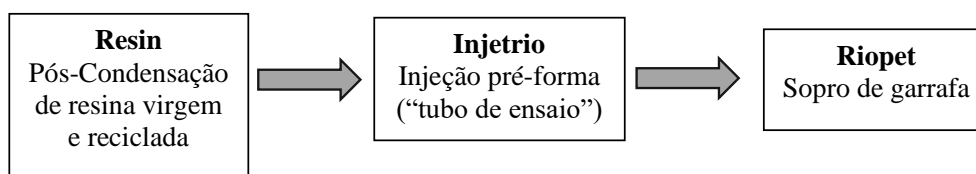
\*Pendente de homologação:

- 33 gramas: destinação ainda indefinida



ensaio”), pois já possuem a máquina sopradora, de modo a produzir a garrafa internamente.

26) Para que fique mais claro, segue abaixo o esquema de produção das Requerentes, ora denominadas de Grupo Riopet:



27) Embora a Holding BMW Participações (4ª Requerente), fundada em agosto de 2020, não faça parte *diretamente* da cadeia produtiva das fábricas, a empresa é totalmente **interligada** às demais Requerentes, inclusive na composição societária (as atuais acionistas da RioPet são as mesmas da BMW), tendo sido **constituída no intuito de expandir os negócios do Grupo.**

28) Prova disso é o fato da Holding BMW ter adquirido 49% das cotas de uma indústria de resina reciclável (Viscotech Indústria e Comercio de Plásticos Técnicos LTDA.), que acabou sendo vendida em julho de 2022, gerando um caixa positivo na companhia de R\$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de reais), fundamental àquela altura, em razão dos impactos negativos advindos da Pandemia de COVID-19.

29) Tal montante foi integralmente aplicado pela BMW junto ao **Banco Itaú** e utilizado pela 4ª Requerente como **garantia** do empréstimo de capital de giro obtido pela RioPet (1ª Requerente) – doc. 20, demonstrando, portanto, a completa interligação econômica das empresas, diante da **garantia cruzada** prestada.



30) Portanto, é evidente que as Requerentes atuam de forma conjugada e complementar, sob um mesmo comando. Compartilham, ainda, o corpo administrativo, jurídico, financeiro, gerencial, técnico etc, tendo intrínseca ligação econômica, dada a forte relação operacional e financeira entre elas, inclusive por meio de aportes *intercompanys*.

31) Ademais, as Requerentes possuem dívidas interligadas/compartilhadas decorrentes de operações tomadas para fomentar as atividades do Grupo Riopet como um todo.

32) Deste modo, é possível verificar a interligação societária, jurídica, econômica e, principalmente, operacional entre as Requerentes decorrente, em especial, da interdependência e complementaridade das atividades que realizam. A título ilustrativo, veja-se quadro-resumo abaixo:

<b>RIOPET</b>	Fundada em 07/08/1995. Objeto: Exploração do ramo de comercialização, industrialização e reciclagem de produtos plásticos em geral.
<b>INJETRIO</b>	Fundada em 21/12/2009. Objeto: Comércio de produtos plásticos em geral e sua industrialização, assim como na importação e exportação de matéria prima e produtos de plástico.
<b>RESIN</b>	Fundada em 05/05/2008. Objeto: Fabricação e reciclagem de plásticos em geral, importação e exportação, fabricação de artefatos de plástico e beneficiamento de produtos em plástico.
<b>BMW</b>	Fundada em 06/08/2020. Objeto: Administração de bens próprios.

33) Em cenários como este, revela-se imperiosa a formação do litisconsórcio ativo, de modo a assegurar a manutenção da atividade empresarial, conforme ensina a melhor doutrina:



*“A formação do litisconsórcio ativo na recuperação judicial, é possível, em se tratando de empresas que integrem um mesmo grupo econômico (de fato ou de direito). Nesse caso, mesmo havendo empresas do grupo com operações concentradas em foros diversos, o conceito ampliado de ‘empresa’ (que deve refletir o atual estágio do capitalismo abrangendo o ‘grupo econômico’), para os fins da Lei nº 11.101/2005, permite estabelecer a competência do foro do local em que se situa a principal unidade (estabelecimento) do grupo de sociedades. O litisconsórcio ativo, formado pelas empresas que integram o grupo econômico, não viola a sistemática da Lei nº 11.101/2005 e atende ao Princípio basilar da Preservação da Empresa.”<sup>7</sup>*

34) Tem-se, assim, que as Requerentes compõem grupo empresarial de direito e de fato, formado por empresas juridicamente independentes, com patrimônio e personalidade jurídica próprios, mas com interligação societária, jurídica, econômica e operacional.

35) Portanto, presentes os requisitos necessários à configuração de litisconsórcio ativo, e, conseqüentemente, da consolidação processual, requerendo-se, desde já, o Grupo Riopet que este pedido de Recuperação Judicial seja recebido e processado em consolidação processual, na forma do artigo 69-G, da Lei 11.101/2005.

### **III. HISTÓRICO DAS REQUERENTES**

36) A Riopet (1ª Requerente) foi fundada em 07/08/1995, portanto, há mais de 27 (vinte e sete) anos, com atividade ininterrupta no

<sup>7</sup> COSTA, Ricardo Brito. Recuperação judicial: é possível o litisconsórcio ativo - In: Revista do Advogado - Recuperação Judicial: temas polêmicos. Ano XXIX. nº 105. São Paulo: AASP. Setembro de 2009;



segmento de embalagens, possuindo uma história sólida de grandes parcerias no mercado.

37) Esclarece-se que a RioPet foi constituída como Sociedade Empresária Limitada (em 1955), com a razão social de EREVAN INDUSTRIAL LTDA., pelos pais<sup>8</sup> de um dos atuais administradores, Sr. Flavio Ozon Boghossian, transformando-se em Sociedade Anônima Fechada no ano de 2007, como comprovam as certidões simplificadas da JUCERJA (doc. 03).

38) No início, a Riopet possuía cerca de apenas 32 funcionários e atuava no processo de Sopro para produção de frascos e garrafas PET (Polietileno Tereftalato). Atualmente, mesmo diante de toda a automatização tecnológica da Planta Industrial que, consequentemente, acarreta diminuição de pessoas trabalhando nas fábricas, além das recentes demissões em razão do agravamento da crise financeira que atravessa, ainda assim, o Grupo possui hoje um total de **114 (cento e quatorze) funcionários diretos**, além de inúmeros empregos indiretos.

39) Naquela época, a Riopet funcionava ainda como intermediária das grandes produções. A 1ª Requerente prestava serviços a outras grandes empresas do ramo, como a Alcoa - Divisão de Embalagens, e estas, por sua vez, entregavam para os clientes finais (o maior deles: a Coca-Cola®).

40) A operação foi ganhando escala e, ao longo dos anos, a Riopet verticalizou as operações, utilizando a **Resin** na pós-condensação e blends de resina PET, 3ª Requerente (fundada em 05/08/2008) e fazendo

<sup>8</sup> ARAM BOGHOSSIAN (Diretor-presidente) e INES OZON BOGHOSSIAN (Diretora Administrativo-Financeira)





também a produção de “pré-formas”, por meio da 2ª Requerente, a **Injetrio** (fundada em 21/12/2009).

41) Tempos depois, a Riopet passou a ser uma empresa homologada no sistema Coca-Cola®, passando a produzir diretamente à Coca-Cola® e suas Franqueadas, sem figurar mais como mera intermediária.

42) Diante da compra do Matte-Leão® pela Coca-Cola® em 2007<sup>9</sup>, o Grupo Riopet somente forneceu garrafas até 2012, quando a Coca-Cola® encerrou a produção no Rio de Janeiro e transferiu para Linhares/ES. Porém, entre os anos de 2002 a 2012 o Matte-Leão® foi o maior cliente do Grupo Riopet na aquisição de embalagens:



43) Diante da excelência do serviço, a Coca-Cola® seguiu contratando a Riopet e, em 2014, começou a produção de garrafas retornáveis Refpet 2L.

44) Com intuito de ampliar a produção, em 2016 é fundada a Filial da RioPet em Vinhedo/SP<sup>10</sup>, passando a ser um ponto de produção

<sup>9</sup> <https://oglobo.globo.com/economia/coca-cola-compra-matte-leao-4208132>

<sup>10</sup> Riopet Filial Vinhedo/SP – CNPJ: 00.771.482/0004-26

Data de abertura: 12/02/2016

Endereço: Rod. Miguel Melhado Campos, s/n, Galpão D – Parte A, Distrito Industrial Benedito Storani, Vinhedo/SP, CEP: 13.288-003





de garrafas Refpet e também uma importante unidade de distribuição.

45) Ainda assim, dos 4 (quatro) fornecedores da Coca-Cola<sup>®</sup>, na época, a Riopet era a com menor produção, contudo, **atualmente é a principal fornecedora da embalagem retornável Refpet 2L para refrigerantes do sistema da Coca-Cola<sup>®</sup>.**

46) O aumento da produção impactou no aprimoramento de tecnologias. A Riopet sempre possuiu o mesmo grau tecnológico de seus principais concorrentes, porém, em 2017, a Coca-Cola<sup>®</sup> exigiu de seus fornecedores a implementação de mudanças com intuito de melhorar a performance das embalagens, estimulando, assim, que a Riopet aperfeiçoasse sua operação.

47) No passado, os equipamentos que faziam a garrafa retornável Refpet detinham tecnologia inferior, que não garantiam a qualidade da embalagem ao nível exigido pela Coca-Cola<sup>®</sup>. O Grupo Riopet foi pioneiro no Brasil em importar equipamentos (Injetoras e Sopradoras) capazes de aprimorar a performance das garrafas retornáveis, porém, para isso, fez altíssimo investimento financeiro no final de 2018 (inclusive, recorrendo a empréstimos bancários), mas foi o que assegurou às Requerentes angariarem o maior volume de Contratos, tornando-se a **principal fornecedora** da Coca-Cola<sup>®</sup> deste produto de embalagem retornável Refpet 2L.

48) Atualmente, as Requerentes garantem, por meio de testes de laboratório, a reutilização das referidas embalagens retornáveis em **30 (trinta) ciclos**. No passado, os equipamentos antigos permitiam às



Requeridas o máximo de 20 (vinte) ciclos<sup>11</sup>, logo, pode-se afirmar categoricamente que a modernização de Injetoras e Sopradoras possibilitaram 50% a mais de vida útil das embalagens, conforme testes em laboratório, representando consideráveis ganhos financeiros à Coca-Cola® - tanto que as garrafas retornáveis Refpet de 2 litros substituíram todo o parque de garrafas de vidro da mesma litragem.

49) Tal processo preza a sustentabilidade, a destinação correta de resíduos e reciclagem, economia de matéria-prima, redução da pegada de carbono, etc. Com isso, ao longo dos últimos anos, a Riopet vem se destacando como fornecedor de embalagens no Sistema Coca-Cola®, resultando no reconhecimento formal por algumas franquias, como por exemplo, a Andina (Rio de Janeiro Refrescos) e Femsa.

50) Veja-se os prêmios de fornecedores do ano 2019 conferido à RioPet pelo Grupo Femsa:



<sup>11</sup> Quando levado à prática (isto é, saindo do laboratório), tem-se as embalagens antigamente atingiam em torno de 8 (oito) ciclos e, atualmente, graças à nova tecnologia investida pelas Requerentes, as embalagens novas atingem mais de 20 ciclos na prática.



# BUMACHAR

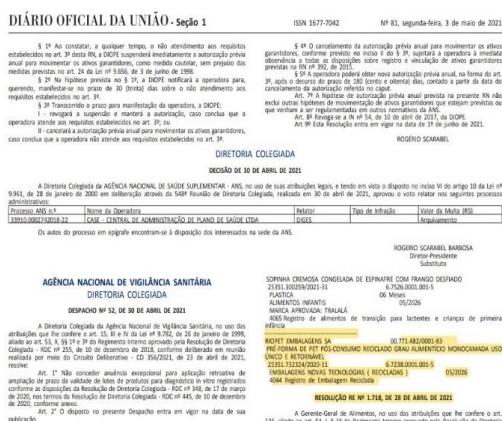
— ADVOGADOS ASSOCIADOS —



51) Neste caminho, ressalta-se que a Riopet possui atualmente certificado **ISO9001**, datado de 26/10/2020 e Certificado **BRC-GP**, para segurança alimentar, emitido em 10/02/2022, atestando sua excelência na fabricação e comercialização de pré-formas PET e embalagens em PET. E também Certificações ambientais, tais como, **Anvisa** para uso de resina reciclada em embalagens para produtos alimentícios, no que tange à segurança alimentar, bem como **Certificado de Inspeção Sanitária**, conforme apresentados abaixo:

Rio de Janeiro - RJ | +55 (21) 2544-5138 | +55 (21) 99982-0021 | Av. Marechal Câmara, 271 / 3º andar - Castelo | 20020-080  
São Paulo - SP | +55 (11) 3885-6121 | R. Des. Eliseu Guilherme, 53/69 sala 122 - Paraíso | 04004-030





52) Ao longo do tempo, a empresa investiu em equipamentos e tecnologias de ponta, formando especialistas que conferem alta qualidade à produção e possibilitam o desenvolvimento de inovações.

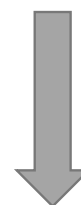
53) Com a expansão, em 2021 o Grupo RioPet também investiu em **filiais estratégicas**, como a do escritório corporativo em Campinas/SP<sup>12</sup>, a fim de atender melhor às Franqueadas da Coca-Cola® e a Filial em Xerém, Duque de Caxias/RJ<sup>13</sup>, responsável pela armazenagem e estoque de produtos.

54) Atualmente, o Grupo Riopet gera blends de resina PET pós-condensada pela **Resin** ou por Terceiros Homologados para Grau alimentício quando necessário, após, fabrica a “pré-forma” (uma espécie de tubo de ensaio com rosca) pela **Injetrio**, antes de levar o “sopro” na **Riopet** para se tornar a garrafa. Para ilustrar, segue abaixo resumo do processo de fabricação:



#### **Pós-Condensação**

Utilizando tecnologia de ponta, a **Resin** contribui para retirar as garrafas do meio ambiente pós-consumo, para gerar **resinas recicladas** com características similares às de resina virgem.



<sup>12</sup> **Riopet Filial Campinas/SP** – CNPJ: 00.771.482/0005-07

Data de Abertura: 27/07/2021

Endereço: Av. Antonio Artioli, 570, Edif Flims Conj Com 20 Bl, Swiss Park, Campinas/SP

<sup>13</sup> **Riopet Filial Duque de Caxias/RJ** – CNPJ: 00.771.482/0006-98

Data de Abertura: 17/12/2021

Endereço: Av. Ana Dantas, s/n, Area 12, Alameda 3, Galpão F, Xerém, Duque de Caxias/RJ

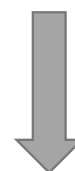






#### **Injeção pré-formas**

A **Injetrio** injeta pré-formas, de diversas gramaturas e cores, por meio da injeção de PET composto por resinas virgens e/ou recicladas. Ressalta-se que o processo de injeção possui certificação BRC-GP, para segurança alimentar, e é recomendado para bebidas carbonatadas e não carbonatadas (inclusive lácteos).



#### **Sopro**

A **Riopet** investiu em equipamentos com tecnologia de ponta, capazes de produzir garrafas para envase a frio e a quente, possuindo expertise na fabricação de embalagens *one way* e Refpet, sendo uma das maiores fornecedoras de embalagens retornáveis 2L do Brasil.

55) Com intuito de minimizar o impacto ambiental, a RioPet possui ainda 02 (duas) unidades de distribuição das embalagens em locais estratégicos: Riopet RJ (Matriz em Nova Iguaçu) e Riopet SP (Filial em Vinhedo/SP), reduzindo consideravelmente a circulação de caminhões em todo território nacional.

56) Portanto, em todo esse processo, o Grupo Riopet emprega o máximo de esforço para reduzir os impactos ambientais de suas atividades e fomentar ações para o desenvolvimento econômico e socioambiental de comunidades localizadas no seu entorno, estabelecendo metas sólidas para a redução de CO2 envolvendo toda cadeia de



fornecimento e produtividade, o que a diferencia no segmento em que atua.

**IV. DA MOMENTÂNEA CRISE ECONÔMICA-FINANCEIRA (LRF, art. 51, *caput*)**

57) Apesar do robusto histórico de sucesso na contínua e ininterrupta atividade empresarial do Grupo Riopet, os fatores econômicos e financeiros do país refletiram em sua performance, resultando na atual situação de crise das Requerente, exigindo o presente pedido de Recuperação Judicial para a superação das dificuldades enfrentadas, com vistas a sua preservação, de seus funcionários e dos seus encargos presentes e futuros, mantendo-se firme como agentes relevantes do cenário econômico e social do Estado do Rio de Janeiro.

58) Do ponto de vista externo, é inegável que o Brasil vem atravessando uma das mais difíceis crises econômico-financeiras já vivenciadas, refletindo nos mais diversos setores da economia.

59) Apesar disso, o Grupo Riopet vinha expandindo seus negócios ao longo dos anos e, por muito tempo, valeu-se somente de capital próprio, consumindo seu fluxo de caixa.

60) Contudo, como visto acima, no final do ano de 2018 foi imprescindível a aquisição de modernos equipamentos (Injetoras e Sopradoras) dedicados à fabricação do Refpet (embalagem retornável) para as Requerentes atingissem a performance da embalagem exigida pela Coca-Cola®, o que representou **investimento financeiro altíssimo**, sendo necessário recorrer a **empréstimos bancários**.



61) Ocorre que, como cediço, foi exponencial a curva de **crescimento dos Juros**, antes de 2% ao ano, passando para os atuais 13,75% ao ano.

62) Além disso, as Requerentes – e diversas outras empresas – foram impactadas negativamente com a Pandemia do COVID-19 logo no início de 2020, um pouco após o alto investimento que fizeram, e estendendo-se até meados de 2022, diante do retrocesso econômico e de adoções de medidas extremas, como o confinamento.

63) Durante a Pandemia causada pelo COVID-19, as Requerentes se esforçaram para manter todos os funcionários, não tendo rescindido um contrato de trabalho sequer. Porém, **o preço das matérias-primas elevou consideravelmente**. A título informativo, o valor da resina (principal produto) em 2020 girada em torno de R\$4.000,00 por tonelada; hoje pode chegar a R\$9.000,00 por tonelada.

64) Por outro lado, os limites de créditos aprovados e os prazos de pagamento de seus principais fornecedores de matéria-prima (resinas PET) não são suficientes para suportar as demandas necessárias de seu principal cliente, criando um forte desencaixe no fluxo de caixa da Requerente e consequentemente a necessidade de antecipação de pagamentos para a devida liberação de crédito e entrega das matérias-primas.

65) Ademais, havia uma lacuna de pelo menos **90 (noventa) dias** entre o fornecimento do produto pelas Requerentes e o efetivo pagamento pelas mercadorias entregues, o que demandava a busca por





FIDCs para realizar a antecipação desses recebíveis – sempre a juros altíssimos.

66) Se não bastasse, recentemente, ocorreu considerável redução nas vendas para outros clientes, diante de um problema no controle de qualidade, que gerou a **devolução de produtos** e, com isso, um pequeno colapso quanto ao cancelamento e emissões de Notas Fiscais, impactando diretamente na relação com FIDCs credores os seus clientes finais das Requerentes, como se verá mais a frente.

67) Cientes do ocorrido e considerando todos os anos de excelente prestação de serviço, há duas semanas, as Requerentes conseguiram reduzir esse tempo com a Coca-Cola®, passando de média 60 (sessenta) dias para **15 (quinze) dias**, possibilitando que passem a operar, aos poucos, com o próprio caixa, sem desconto dos títulos, sendo um **fator determinante para o soerguimento das empresas.**

68) Somando a tudo isso, devido à alavancagem da inflação pós COVID-19 e com a alta taxa de juros (variação da taxa Selic), as Requerentes sofreram muitos impactos negativos no caixa.

69) De lá pra cá, passaram a recorrer às instituições financeiras, utilizando-se de linhas de crédito de curto e longo prazo.

70) Nesse caminho, deve-se consignar que o prazo de financiamento no Brasil costuma ser de até 36/48 meses, sendo muito curto e a taxas altíssimas, impossibilitando, assim, a diluição e adequação das parcelas do empréstimo no fluxo de caixa das Requerentes.

71) Por outro lado, o endividamento bancário dificulta o



Grupo Riopet de suportar a demanda dos atuais contratos ou buscar crescer com novos projetos. Isso porque, a indústria de um modo geral sempre precisa se modernizar e se ater às novas tecnologias, porém, em função do nível de endividamento das Requerentes, não vem sendo possível o investimento devido na produção e na atualização de equipamentos e tecnologia, impossibilitando angariar outras espécies de Contrato (como da indústria láctea e farmacêutica).

72) Os próprios fornecedores, cientes da momentânea crise financeira que assola as Requerentes, já vêm demonstrado uma postura menos amigável, exigindo, por vezes, o pagamento adiantado e/ou à vista.

73) Imperioso esclarecer que a matéria-prima utilizada na produção das garrafas retornáveis (Refpet), denominada “**Resina Laser + RF AF-626 PI**”, é comercializada exclusivamente pela empresa **Alpek Polyester** da Argentina (antiga **Dak Americas**), por ser a única homologada no sistema Coca-Cola®, que, diga-se de passagem, é também a única cliente do Grupo Riopet atualmente.

74) Logo, o sistema é simples: sem a “**Resina Laser + RF AF-626 PI**” da Alpek Polyester as Requerentes não produzem garrafas retornáveis; e sem produzir, não vendem à Coca-Cola, deixando, portanto, de faturar – o que geraria a imediata quebra do Grupo.

75) Porém, antes que isso aconteça, as Requerentes se valem do presente pedido de Recuperação Judicial, “*a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica*”, exatamente como



previsto no art. 47 da Lei 11.101/2005.

V. **DO POTENCIAL DE SUPERACÃO DA CRISE**

76) Não obstante a momentânea crise financeira vivenciada pelas Requerentes, o Grupo Riopet vem angariando novos projetos, porém, a demanda de investimento *versus* sua capacidade financeira tem sido um verdadeiro desafio.

77) Deve-se registrar que as Requerentes são empresas regionais de médio porte, com capital totalmente nacional, embora tenham concorrentes diretos em cenário globalizado, especialmente considerando que sua maior cliente é a multinacional Coca-Cola®, mas **possuem cabedal de cunho material e humano suficiente à continuidade das suas atividades**.

78) Neste caminho, **vislumbra-se o ingresso efetivo de sócio investidor, através de DIP Financing, como se comprova a Carta de Intenções anexa (Doc. 24) o qual vem realizando nos últimos meses due diligence nas empresas e entende ser totalmente viável seu soerguimento, desde que sejam feitos os investimentos necessários de capital e também singelas modificações na operação, especialmente no que tange às pré-formas**.

79) O referido investidor almeja injetar capital suficiente para que as Requerentes possam operar com seu próprio fluxo de caixa, sem que seja necessário recorrerem novamente às instituições financeiras, sobretudo os FIDCs.

80) A segurança do investidor na operação advém dos quase



30 (trinta) anos de ininterrupta atividade da Riopet, aliada à expertise de seus sócios e à alta modernidade do Parque Industrial, sendo capaz de operar muito além do que atualmente produz.

81) Ademais, imperioso ressaltar que o **Grupo Riopet possui contratos vigentes com a Coca-Cola® até março de 2024**, permitindo uma projeção realista para os próximos anos devendo-se destacar que são severamente auditadas, pelo menos, a cada 2 (dois) anos pela Coca-Cola®.

82) Na presente data, as Requerentes encontram-se em “processo concorrencial” junto à FEMSA (maior envasadora do sistema Coca-Cola®), onde estão sendo avaliados preços e qualidade na prestação de serviço. Acredita-se que o Grupo RioPet está muito bem posicionado se comparado aos seus concorrentes, não fosse a momentânea crise financeira que atravessa, podendo tal fato lhe prejudicar internamente quanto à escolha da fornecedora pela referida Companhia.

83) Com o ingresso do Investidor e o deferimento do processamento da presente Recuperação Judicial será possível repactuar as dívidas concursais e extraconcursais das Requerentes, sobretudo as com instituições financeiras e FIDCs, já que, atualmente, as taxas de juros exorbitantes consomem quase toda a margem do negócio.

84) Logo, o ingresso de investidor permitirá a **manutenção dos Contratos já vigentes** e a **possibilidade de captar novos clientes**, inclusive em outras áreas, como láctea e farmacêutica, já que possuem plena capacidade fabril e expertise para tal. Veja-se alguns produtos já fabricados



pelas Requerentes<sup>14</sup>:

- **Garrafas retornáveis/Refpet 2L:**



- **Lácteos:**



- **Pré-formas variadas:**

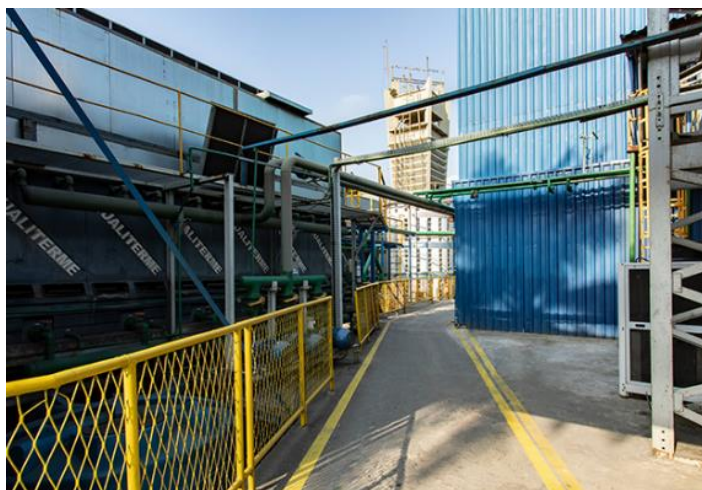
---

<sup>14</sup> <https://Riopet.com.br/wp/home/>





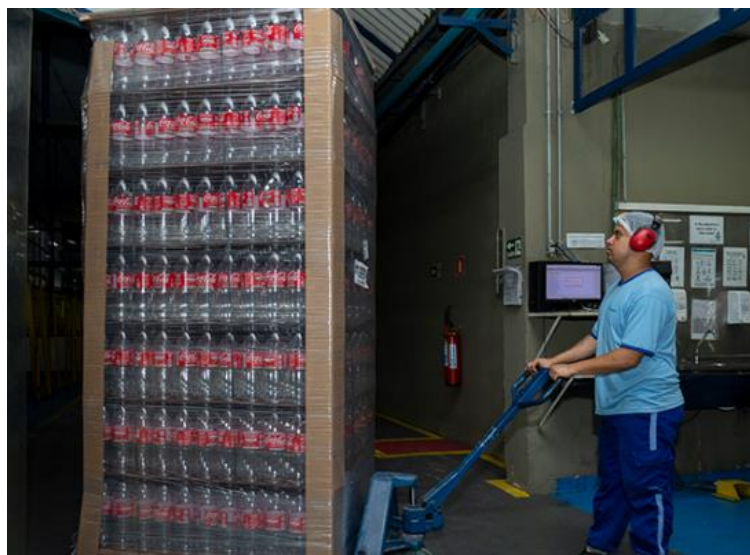
85) Registra-se que o Parque Industrial das Requerentes conta com uma estrutura invejável:



Rio de Janeiro - RJ | +55 (21) 2544-5138 | +55 (21) 99982-0021 | Av. Marechal Câmara, 271 / 3º andar - Castelo | 20020-080  
São Paulo - SP | +55 (11) 3885-6121 | R. Des. Eliseu Guilherme, 53/69 sala 122 - Paraíso | 04004-030







86) Ademais, o Investidor vislumbra adquirir nova unidade recicladora, com a mesma capacidade da antiga (Viscotech) da qual a BMW, 4ª Requerente, era detentora de 49%; pois, entende que a retomada de uma Planta de resina reciclada homologada na Anvisa e FDA<sup>15</sup> seria estratégico para o negócio de pré-formas, com resina reciclada.

<sup>15</sup> FDA: *Food and Drug Administration* (Administração de Alimentos e Medicamentos dos Estados Unidos).



87) Tal aquisição aumentaria consideravelmente o lucro das Requerentes, facilitando o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial a ser apresentado, bem como o pagamento dos credores e fornecedores extraconcursais.

88) Diante do exposto, é possível afirmar que são concretas as possibilidades de soerguimento do Grupo Riopet, permitindo-se que as Requerentes gerem ainda mais empregos e reconquiste seu poder de competição no mercado.

## **VI. DOS REQUISITOS E DA INSTRUÇÃO DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

89) As Requerentes comprovam o preenchimento de todos os requisitos legais para o deferimento do processamento do pedido de Recuperação Judicial, em conformidade com a Lei nº 11.101/2005.

90) **ART. 48, CAPUT.** Todas as Requerentes exercem, regularmente, suas atividades há mais de 2 (dois) anos, fato comprovado com o incluso cadastro da Receita Federal (doc. 02).

91) **ART. 48, INCISOS I, II E III.** As Requerentes nunca foram falidas, jamais requereram concessão de Recuperação Judicial, nem mesmo com base em plano especial, fato comprovado com as respectivas e inclusas certidões expedidas pelos Distribuidores Cíveis e de Interdições e Tutelas (doc. 04).

92) **ART. 48, INCISO IV.** Os administradores das Requerentes jamais foram condenados por quaisquer dos crimes previstos





na Lei nº 11.101/2005, afirmação passível de comprovação por certidões negativas dos Distribuidores Criminais e de Interdições e Tutelas de onde residem e da Justiça Federal (doc. 05). Contudo, embora não estejam prontas todas as certidões expedidas pelos Distribuidores Cíveis e de Interdições e Tutelas na data da distribuição deste pedido recuperacional, as Requerentes se comprometem a juntá-las nos próximos dias, tão logo sejam disponibilizadas, como se comprova pelos protocolos de pedidos ora anexados.

93) **ART. 51, INCISO I.** As causas concretas do pedido estão expostas, minuciosamente, no precedente Capítulo IV desta petição inicial.

94) **ART. 51, INCISO II.** As Requerentes acostam as demonstrações contábeis relativas aos exercícios sociais de 2019, 2020, 2021 e balancetes de 2022 (doc. 06) levantadas especialmente para instruir o pedido, compostas de balanço patrimonial, demonstração de resultado acumulados, demonstração do resultado desde o último exercício social e relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção (doc. 07).

95) **ART. 51, INCISO III.** As Requerentes anexam a relação nominal completa dos credores, de forma segregada (doc. 08).

96) **ART. 51, INCISO IV.** As Requerentes juntam a relação integral dos empregados, com suas funções e salários do mês de competência (doc. 09).

97) **ART. 51, INCISO V.** As Requerentes acostam Contrato



Social e a última Alteração Contratual registrados na Junta Comercial (doc. 03).

98) **ART. 51, INCISO VI.** Invocando o direito constitucional ao sigilo fiscal, pugnam as Requerente que a declaração do IRPF dos sócios (doc. 10), apresentada em petição avulsa, diretamente na serventia do cartório, em cumprimento ao art. 51, VI, da Lei nº 11.101/2005, seja recebida e devidamente acautelada em Cartório, sob segredo de justiça, de modo que o acesso a elas fique restrito a esse MM. Juízo, ao Administrador Judicial e ao representante do Ministério Público.

99) **ART. 51, INCISO VII.** As Requerentes procedem, também, à juntada dos extratos das suas contas bancárias (doc. 11).

100) **ART. 51, INCISO VIII.** As Requerentes apresentam a certidão dos Cartórios de Protestos referentes a cada sede e filiais, porém, ressaltam que nem todas ficaram prontas na presente data, sendo juntados os devidos protocolos de pedidos (doc. 12). Nesse sentido, comprometem-se a anexar tão logo sejam disponibilizadas pelos Cartórios.

101) **ART. 51, INCISO IX.** As Requerentes juntam a relação das ações judiciais nas quais figuram no polo ativo e no polo passivo (doc. 13).

102) **ART. 51, INCISO X.** As Requerentes apresentam o relatório detalhado do passivo fiscal (doc. 14).

103) **ART. 51, INCISO XI.** Por derradeiro e dando cumprimento integral ao art. 51 da Lei nº 11.101/2005, as Requerentes



anexam a relação de bens e ativos (doc. 15).

104) As Requerente procedem, adicionalmente, à juntada (i) das certidões do 1º distribuidor da Comarca de Nova Iguaçu/RJ, Macuco/RJ e Rio Bonito/RJ e certidões da Justiça Federal (doc. 16); (ii) Certidões da Justiça do Trabalho (doc. 17); (iii) fotos das suas instalações (doc. 18); e (iv) instrumento de procuração outorgado aos seus patronos (doc. 01)

**VII. NECESSÁRIA CONCESSÃO DE TUTELA DE URGÊNCIA: SUSPENSÃO DOS EFEITOS DE PROTESTOS INDEVIDOS DE SEUS CLIENTES, REALIZADOS POR CREDORES DAS REQUERENTES**

105) Como visto acima, a RioPet (1ª Requerente) atua há mais de **27 (vinte e sete) anos** no mercado de embalagens PET.

106) Com o aumento da crise financeira, e objetivando o incremento do fluxo de caixa, **a RioPet passou a se utilizar de fundos de investimentos em direitos creditórios (“FIDCs”), a fim de antecipar recebíveis de clientes – o chamado “risco-sacado”**<sup>16</sup>.

107) Porém, diante do expressivo volume de operações

<sup>16</sup> “A modalidade de antecipação, conhecida como risco sacado, é quando o fornecedor recebe antes o pagamento de seus produtos ou serviços vendidos. Essa antecipação pode ser feita pela empresa contratante ou por instituições financeiras em geral, como bancos e fintechs. Se o prazo de pagamento de uma negociação foi acordado em 30 ou 90 dias, o fornecedor pode pedir o risco sacado. Ou seja, a antecipação de seu pagamento mediante uma taxa de juros mais barata, que não impacte o negócio. O risco sacado também pode ser encontrado no mercado pelos termos como *confirming*, *forfait*, *desconto de recebíveis*, *desconto de títulos*, *antecipação a fornecedores*, entre outros.” Fonte: <https://www.linkana.com/blog/o-que-e-risco-sacado/>



diárias desenvolvidas pela Riopet (são emitidas pelo menos 3 a 4 mil Notas no mês), acabam ocorrendo **corriqueiras e constantes substituições de títulos de crédito sacados contra seus clientes**, em razão de cancelamentos ou alterações de pedidos, devolução de mercadorias, ou até mesmo alteração na forma de pagamento (em conta corrente ou boleto bancário, por exemplo), etc.

108) A bem da verdade, a gestão dos títulos de crédito pela RioPet sempre foi essencial para o desenvolvimento de suas atividades.

109) Recentemente, intensificou-se ainda mais a movimentação de Notas Fiscais, diante de um problema no controle de qualidade, que gerou a **devolução expressiva de produtos, em lotes**, por diversos motivos.

110) A título exemplificativo, tem-se o caso do cliente PNC EMBALAGENS, onde a venda de “Aparas de Polímero de Etileno” gerou devolução de 8 (oito) Notas Fiscais de uma só vez (NF 1385, 1386, 1387, 1388, 1389, 1390, 1391 e 1392), por mero detalhe: “*Produto com características de VI (viscose intrínseca) 0,75 abaixo da especificação de recebimento de 0,80 + ou - 0,02.*”, como se verifica do *print* abaixo do laudo de avaliação do produto:



**Apuração da análise:**

MEDIDAS	VALORES ATINGIDOS	UNID.	APLICAÇÃO	PARÂMETROS
Viscosidade Intrínseca	0,740	dl/g	ASTM -D1238 90b	0,82 +- 0,02
Peso (g/10chips)	-	g	PNC	0,18 +- 0,05
Cor L*	-	-	PO.TR.LA.12	62,00 +- 3,00

Condições de armazenamento seguro.

**Tipo de ação:** Não Conformidade

**Descrição:** Produto com características de VI (viscosidade intrínseca) 0,75 abaixo da especificação de recebimento de 0,80 +- ou - 0,02.

Como o PET é um material higroscópico, absorve água do meio ambiente, o armazenamento correto do material é muito importante, portanto mantê-lo em local seco, com temperatura ambiente e sobre pallets.

Comunicação setor:  
financeiro.pnc@gmail.com

111) Acontece que, diante do volume emitido de Notas diariamente, somado ao agravamento da crise financeira e a consequente redução de mão-de-obra, ocorreram equívocos nos lançamentos de muitos títulos, de modo que os valores liquidados pelos clientes da Riopet foram utilizados pela empresa, remanescendo a obrigação contratual da 1ª Requerente de recompra desses títulos perante o respectivo FIDC, haja vista a inexigibilidade frente aos seus clientes – os quais jamais anuíram ou deram seu aceite à operação ‘comissária’ exigida pelos Fundos.

112) Ressalta-se que os clientes da RioPet (atualmente, restringindo-se em grande maioria às Franqueadas da Coca-Cola®) são terceiros de boa-fé, que adimpliram regularmente os títulos, dentro dos respectivos vencimentos.

113) Assim, quando a RioPet se deparou com os erros ocorridos, tratou de enviar mensagens eletrônicas aos representantes dos FIDCs e até mesmo Notificações Extrajudiciais (Doc. 21), aduzindo o seguinte:

Rio de Janeiro - RJ | +55 (21) 2544-5138 | +55 (21) 99982-0021 | Av. Marechal Câmara, 271 / 3º andar - Castelo | 20020-080  
São Paulo - SP | +55 (11) 3885-6121 | R. Des. Eliseu Guilherme, 53/69 sala 122 - Paraíso | 04004-030



(...) *Nos termos do que restou pactuado entre as Partes, em razão dos Sacados não possuírem ciência ou aceite da entrega da carteira de recebíveis para Vossas Senhoras, **a Notificante continua com a obrigação de receber o valor do título e, posteriormente, realizar a respectiva transferência ao Notificado.***

*Ocorre que, muito embora os títulos acima mencionados tenham sido utilizados na operação “comissária”, os Sacados identificaram vícios nos produtos entregues pela Notificante, razão pela qual os pedidos referentes aos títulos supra foram objeto de pedido de cancelamento e, portanto, **não foram performados pela ausência de entrega aos respectivos Sacados.***

*Assim, **diante da ausência de aceite das duplicatas, com fundamento no artigo 8º, inciso II, da Lei das Duplicatas, os títulos foram baixados e se tornaram inexigíveis, não havendo que se cogitar em protesto ou cobrança judicial em face dos Sacados (terceiros de boa-fé), nos termos do artigo 15, inciso II, do mesmo dispositivo legal. (...)***

114) Por fim, destacou a RioPet que “*nos termos operação “comissária” firmada entre as Partes e o disposto nos artigos 296 e 297 do Código Civil, **não havendo causa subjacente para a cobrança em face dos Sacados, constitui obrigação da Notificante a recompra dos títulos e a solvência das obrigações.***”

115) Diante disso, considerando que os títulos são **inexigíveis** em face dos sacados (clientes das Requerentes) e estando **reconhecida** e **declarada** a **obrigação de recompra pela RioPet**, requereu-se expressamente aos FIDCs que (i) se abstivessem de qualquer ato de protesto, negativações, ou cobranças em face dos Sacados; e (ii) no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas) contados do recebimento da Notificação, providenciassem a baixa de eventuais protestos/apontamentos



já realizados.

116) Entretanto, a ânsia dos FIDCs em receberem diretamente dos clientes da RioPet (empresas multinacionais) se sobrepôs à boa-fé objetiva, ocasionando o protesto de Franqueadas da Coca-Cola® e colocando em risco a relação comercial existente e o fornecimento de novos produtos pelas Requerentes.

117) Portanto, os FIDCs passaram a protestar de forma indevida todas as duplicatas mercantis sacadas contra clientes das Requerentes, mesmo após devidamente Notificados de que as duplicatas estavam quitadas e que a RioPet tinha obrigação de recompra ou substituição dos títulos.

118) Diante disso, o Grupo RioPet requer o deferimento de liminar, *inaudita altera pars*, para que seja determinada (i) a imediata suspensão dos efeitos dos protestos dos clientes das Requerentes listados na planilha anexa (doc. 22), considerando a declarada exigibilidade perante a RioPet; e (ii) que os FIDCs contidos na planilha anexa (doc. 23) se abstenham de promover novos protestos em face dos clientes das Requerentes, pois estes já efetuaram o pagamento dos títulos à RioPet, cabendo às Requerentes a recompra dos títulos ou sua substituição.

119) Salienta-se que tal medida é imprescindível para proteger as principais relações comerciais das Requerentes, necessárias para o prosseguimento de suas atividades, especialmente no atual cenário de crise.



120) Ademais, imperioso destacar que os referidos **FIDCs estão devidamente arrolados na Classe III – Quirografária** da Relação de Credores nesta Recuperação Judicial, já que o Grupo RioPet reconhece o seu débito com os mencionados FIDCs, portanto, estes serão quitados pelas Requerentes na forma do Plano de Recuperação a ser oportunamente apresentado.

121) Logo, não se trata de tentativa das Requerentes se eximirem do pagamento. Ao contrário. O que se pretende com a presente liminar é a **mera proteção de seus clientes, terceiros de boa-fé**, que não podem ser prejudicados por conta de uma falha sistêmica das empresas, somada à conduta retaliatória dos FIDCs.

122) Todavia, **o pagamento é devido tão somente pelas Requerentes, não por seus clientes (pois estes já quitaram as respectivas Notas), de sorte que não devem sofrer protestos por débitos que já adimpliram de boa-fé, cedidos sem o seu conhecimento.**

123) Neste sentir, informe-se que os protestos vêm sendo realizados em face dos clientes das Requerentes sem qualquer notificação prévia acerca da cessão das duplicatas, ou sobre a suposta inadimplência, impedindo que esses terceiros de boa-fé pudessem se manifestar em exercício do contraditório e ampla defesa.

124) Nesse viés, o Código Civil protege de forma expressa o terceiro de boa-fé de no caso de cessão de direitos creditórios sobre a qual não houve anuência do devedor.

125) Segundo a legislação pátria, em ocorrendo cessão de direitos creditórios não informada ao devedor, caso efetuado o regular





pagamento ao seu credor originário, nada mais será devido por ele:

*Art. 290. **A cessão do crédito não tem eficácia em relação ao devedor, senão quando a este notificada;** mas por notificado se tem o devedor que, em escrito público ou particular, se declarou ciente da cessão feita.*

*Art. 292. **Fica desobrigado o devedor que, antes de ter conhecimento da cessão, paga ao credor primitivo,** ou que, no caso de mais de uma cessão notificada, paga ao cessionário que lhe apresenta, com o título de cessão, o da obrigação cedida; quando o crédito constar de escritura pública, prevalecerá a prioridade da notificação.*

126) Dessa forma, é de se denotar dos dispositivos legais retromencionados que não é possível cobrar o devedor que não sabendo da cessão, quita seu débito perante seu credor original.

127) Sobre o tema, vale registrar os ensinamentos de Anderson Schreiber:

*“O devedor não é parte na cessão de crédito. É por isso que a cessão existe, é válida e eficaz quando há o encontro das vontades do cedente e do cessionário. **A eficácia, contudo, dirá respeito somente às partes. Para que a cessão seja eficaz, com relação ao devedor, este deve ser notificado.** A eventual oposição do devedor à cessão é irrelevante, bem como sua discordância. A cessão é válida ainda que o devedor dela discorde. (...) São duas as hipóteses contempladas no artigo em comento. A primeira é aquela do **devedor que paga ao cedente antes de notificado da cessão. Como dissemos (art. 290, o devedor age de boa-fé e está exonerado da obrigação)**. Apesar de o credor real ser o cessionário, a boa-fé do devedor (desconhecimento da cessão) faz com que o*



*cessionário nada possa cobrar do cedente. Caberá ao cessionário, credor real, cobrar do cedente (credor putativo). Note-se que a lei fala em pagamento “antes de ter conhecimento da cessão”. Se o devedor, antes de notificado, tiver ciência da cessão, sua boa-fé é afastada e, se pagar ao cedente, terá pago mal e pagará duas vezes (uma ao cedente e uma ao cessionário).”*

(SCHREIBER, Anderson, et al. Código Civil Comentado - Doutrina e Jurisprudência. Grupo GEN, 2021. Pg. 220)

128) Note-se que **tal situação está gerando grandes desgastes entre as relações comerciais das Requerentes com seus clientes, especialmente com a Coca-Cola<sup>®</sup>, o que pode elevar ainda mais a gravidade da crise enfrentada, diante do risco de rescisão dos contratos caso os protestos indevidos sejam mantidos em nome da empresa – terceira de boa-fé, já que a dívida pertence, em verdade, às Requerentes.**

129) Evidentemente, tal atitude de FIDCs impactam diretamente nas chances de sucesso deste processo recuperacional, já que acarreta insatisfação quanto aos serviços prestados pelas Requerentes e consequentemente, redução na demanda, ou até a rescisão dos Contratos.

130) Por outro lado, é cediço que para prosperar as Requerentes precisam manter um bom relacionamento com seus clientes e parceiros comerciais, especialmente no que tange à confiabilidade sobre as operações.

131) Ademais, quanto à **possibilidade de sustar os efeitos dos protestos realizados em nome de terceiros que não sejam as**



**companhias em Recuperação Judicial**, considerando a existência de crédito concursal, a ser quitado no curso do processo recuperacional, observe-se:

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CONTRATO DE CESSÃO DE CRÉDITO. CLÁUSULA DE RECOMPRA. CRÉDITOS SUJEITOS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL. **SUSTACÃO/ABSTENÇÃO DE PROTESTO DE TÍTULOS EM RELAÇÃO AOS SACADOS-DEVEDORES.** ALEGAÇÃO DE OBSCURIDADE. ACOLHIMENTO. Trata-se de embargos de declaração opostos em face do acórdão que deu parcial provimento ao agravo de instrumento interposto pela empresa embargada, para o fim de afastar da decisão agravada a determinação de sustação dos efeitos dos protestos dos títulos objetos do contrato de cessão de crédito. Os embargos de declaração se constituem como espécie de recurso expressamente previsto no artigo 994, inciso IV, do CPC/2015. A sua aplicabilidade está delimitada no artigo 1.022 da legislação processual civil, o qual preceitua taxativamente as hipóteses em que a sua oposição é cabível, quais sejam: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual deve se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material. **No caso em apreço, assiste razão à parte embargante, pois a decisão agravada não determinou a sustação dos efeitos dos protestos em desfavor da empresa recuperanda, mas em face dos sacados-devedores, clientes da embargante.** Como decidido nos embargos de declaração opostos pela empresa credora (ED nº 70081482184), pautados para esta mesma sessão de julgamento, **quanto às restrições em nome dos sacados, ou seja, dos clientes da recuperanda, diante do reconhecimento da natureza concursal do crédito, por consequência lógica, descabe a manutenção de restritivos em nome de terceiros.** Sendo assim, verificada a ocorrência de obscuridade, o acolhimento da irresignação recursal é medida*



*impositiva. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS, COM EFEITOS INFRINGENTES.*

(TJ-RS - EMBDECCV: 70081461964 RS, Relator: Niwton Carpes da Silva, Data de Julgamento: 15/08/2019, Sexta Câmara Cível, Data de Publicação: 19/08/2019)

\*\*\*

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CESSÃO DE CRÉDITO A FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIO (FIDC'S). DUPLICATAS. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PELOS DEVEDORES ORIGINÁRIOS DOS CRÉDITOS CEDIDOS. AUSÊNCIA DE REPASSE PELAS RECUPERANDAS. NOTIFICAÇÃO AOS FIDC'S. PROTESTOS DAS DUPLICADAS EM FACE DOS DEVEDORES ORIGINÁRIOS. IMPOSSIBILIDADE. QUITAÇÃO. ART. 292, DO CÓDIGO CIVIL. INAPLICABILIDADE DO ART. 290, DO MESMO "CODEX". RECURSO NÃO PROVIDO - Conforme a previsão do art. 47, da Lei de Recuperação de Empresas e Falências, a recuperação judicial tem por escopo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, mediante a preservação da empresa, de sua função social e do estímulo à atividade econômica - Declarado pelas recuperandas o recebimento dos créditos cedidos e notificados os FIDC'S sobre o pagamento, nos termos do art. 292, do Código Civil, operou-se a quitação em relação aos devedores originários, o que desautoriza a prática de qualquer ato de cobrança em desfavor dos sacados - O aviso de recebimento sem a declaração do conteúdo da correspondência entregue não é hábil a comprovar satisfatoriamente a existência da notificação extrajudicial - A ausência de comprovação do recebimento da notificação por todos os sacados e de que o aviso precedeu o pagamento do título ao cedente desautoriza a aplicação do art. 290, do Código Civil - Recurso a que se nega provimento.*



Trecho do voto:

**“(…) não merece prosperar a assertiva de que as recuperandas não têm legitimidade para vindicar a sustação dos protestos, haja vista que, conforme noticiado nos autos e não afastado até o momento, as sociedades cujos créditos foram cedidos representam parcela substancial dos negócios e do faturamento das agravadas, e eventuais medidas restritivas adotadas pelo agravante em relação a estes clientes podem comprometer a relação comercial e, por consequência, inviabilizar a recuperação, em prejuízo de todos os direitos relacionados ao soerguimento das recuperandas.”**

(TJ-MG - AI: 10000204845952003 MG, Relator: Corrêa Junior, Data de Julgamento: 20/04/2021, 6ª Câmara Cível, Data de Publicação: 26/04/2021)

132) No mesmo sentido, entendeu o douto Juízo especializado da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, ao decidir na Recuperação Judicial da empresa Reginaves Indústria e Comércio de Aves Ltda., autuada sob o nº 0306925-09.2015.2015.819.0001, no sentido de deferir a liminar de sustação dos efeitos do protesto dos **clientes** da Recuperanda, sob pena de multa diária:

*(...) Diante desta nova realidade, porém, chega aos autos notícia dando conta de que o credor BANCO SAFRA S/A, inexplicavelmente - contudo, coincidentemente - a partir do deferimento da liminar concedida, passou a levar a protesto todos os títulos emitidos e cedidos pela devedora que se encontravam em seu poder, sem qualquer discriminação, pois se verificou a existência de protesto de títulos pagos ou de emissão defeituosa, e que, portanto, precisariam de retificação, antes da realização do ato.*

**Essa atitude, sem sombra de dúvida, traz prejuízos à devedora, pois ameaça sobremaneira o relacionamento comercial que tem com seus clientes, o que poderá reduzir drasticamente seu faturamento mensal.**

*Atitudes como a relatada, devem ser repudiadas de pronto*



pelo Judiciário, visto que, ainda que sejam revestidas de potencial legalidade, demonstram, nitidamente, caráter abusivo e de absoluta má-fé.

(...)

Muito embora não haja comprovação de que a cessionária teve ciência formal da decisão liminar nestes autos proferida (mas seus representantes estiveram em cartório para se informar a respeito), certo é que, coincidentemente, e no mesmo dia da concessão da liminar, iniciou sua **nefasta atitude em vista dos clientes da devedora, o que considero ato temerário e atentatório ao bom e regular andamento deste processo.**

De outro ponto, sedimentou no STJ em diversos Conflitos de Competência julgados, a posição no sentido de que **competete ao juízo da recuperação judicial deliberar sobre todas as questões envolvendo os ativos da sociedade em recuperação judicial.**

Note-se que parte dos créditos objetos dos protestos realizados, a partir do lançamento da decisão liminar, foram restituídos ao ativo da devedora – sacadora dos títulos – o que faz com que, diante da solidariedade ativa e do estado de recuperação judicial conferido, passe a questão a ter necessariamente que se submeter ao crivo deste juízo universal.

Assim embora a solidariedade ativa entre sacadora e cessionária dos recebíveis confira a estes credores a legitimidade de buscar individualmente o crédito devido, necessariamente diante da nova situação jurídica criada pela

**decisão liminar, se torna abusivo o exercício do direito de forma única e exclusiva, ao passo que traz graves prejuízos à devedora na relação direta com seus clientes.**

**Os efeitos dos protestos podem causar desastrosas consequências à atividade empresarial desenvolvida pela devedora, visto que o seu faturamento decorre diretamente da venda no atacado e varejo, o que faz depender direta e permanentemente da relação constituída perante seus clientes.**

Isto posto, **determino, inaudita altera pars, a concessão de medida liminar para: i) sustar os efeitos dos protestos realizados a partir do dia 31/07/2015, em todos os Cartórios de Protestos do país, em que figurem nos títulos como**





*sacador/credor REGINAVES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AVES LTDA, e como portador ou cedente o BANCO SAFRA S.A., até decisão ulterior; ii) determinar que o BANCO SAFRA S/A providencie a **retirada dos referidos títulos levados a protesto, ou o respectivo cancelamento** se for o caso, no prazo de 24 horas, **sob pena de multa diária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para cada ato descumprido.***

*Oficie-se aos cartórios informados. Intime-se o Banco, e dê-se ciência ao administrador e MP. No mais, cumpra-se os integrais termos da decisão que concedeu o processamento da R.J.”*

- grifos nossos -

133) Como se percebe, os julgados supracitados se amoldam perfeitamente ao caso concreto.

134) **As Requerentes reiteradamente confirmam o recebimento dos créditos cedidos e assume a sua obrigação de pagar aos FIDCs já arrolados em sua relação de credores.**

135) Logo, **não se justifica a cobrança em face de terceiros de boa-fé, sobretudo em face daqueles que, sem ciência da cessão de seu crédito, QUITARAM os títulos provenientes dos produtos adquiridos junto às Requerentes diretamente à empresa, cabendo a estas, portanto, o “acerto” com o FIDC.**

136) Inobstante a isso, por força do art. 47 da Lei nº 11.101/05, o processo recuperacional deve prezar pela superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, mediante a preservação da empresa, de sua função social e do estímulo à atividade econômica.





137) Com efeito, **dentro do conceito de preservação da empresa também se encontra a proteção da relação do devedor com seus parceiros comerciais**, o que justamente se busca preservar com o presente pedido liminar, já que sem compradores para suas mercadorias (especialmente a Coca-Cola®), as Requerentes não poderão superar a situação de crise na qual se encontram.

138) A realidade econômica do país revela que as sociedades empresárias em crise usualmente carecem de parceiros comerciais para manter suas atividades, sobretudo quando se considera a complexidade do cenário pós-pandêmico. Diante desse contexto, cabe às Requerentes manter os bons relacionamentos comerciais com seus parceiros, o que é vital para o soerguimento da companhia.

139) Na hipótese, resta-se evidenciada a presença concomitante dos requisitos do art. 300 do CPC<sup>17</sup>, no que cabalmente demonstrada a probabilidade do direito, o risco de dano e ainda ao resultado útil do processo.

140) A liminar ora requerida possui expressa previsão legal<sup>18</sup>, além de ser amparado pelos precedentes acima acostados, demonstrando a **plausibilidade do direito** das Requerentes.

141) Por outro lado, o **risco de dano** é evidente, já que os protestos indevidamente realizados atingem, além do bom nome de terceiros de boa-fé, as relações comerciais das Requerentes com seus parceiros, o que coloca em cheque o próprio resultado do processo

<sup>17</sup> Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

<sup>18</sup> Art. 290 e art. 292 do Código Civil.



recuperacional, já que, sem comercializar mercadorias, estariam inviabilizadas de prosseguir com suas atividades.

142) Demonstrada a urgência na necessidade da prestação jurisdicional e a plausibilidade do direito alegado, constata-se, portanto, a presença dos requisitos autorizadores da concessão da tutela de urgência.

143) Sendo assim, requerem a concessão de liminar para que sejam suspensos os efeitos dos protestos já promovidos em face dos clientes das Requerentes (doc. 22), bem como os FIDCs se abstenham de efetuar novos protestos (doc. 23), considerando que a dívida está sendo assumida pelas Requerentes aos FIDCs credores, já arrolados na Classe III – Quirografária deste processo recuperacional.

#### **VIII. OPORTUNA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

144) As Requerentes informam que seu Plano de Recuperação Judicial será devidamente apresentado dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de publicação da decisão que deferir o processamento deste pedido de Recuperação Judicial, conforme art. 53 da LRF.

145) No momento da apresentação do Plano serão demonstrados pormenorizadamente os meios de recuperação, bem como sua viabilidade econômico-financeira e o laudo de avaliação de bens das Requerentes.



**IX. DO PEDIDO**

146) Diante do exposto, o Grupo Riopet confia que V. Exa. irá deferir o processamento de sua Recuperação Judicial e, nos termos do art. 52 da Lei nº 11.101/2005 irá:

(i) Nomear o Administrador Judicial;

(ii) Determinar a suspensão de todas as ações e execuções contra as Requerentes;

(iii) Determinar a intimação do Ministério Público e a comunicação, por carta, às Fazendas Públicas;

(iv) Determinar a expedição do Edital para publicação no órgão oficial, nos termos do § 1º do art. 52 da Lei de Recuperação Judicial, estando as Requerentes cientes de que deverá apresentar contas demonstrativas mensais enquanto durar o processamento da Recuperação Judicial.

(v) A concessão de liminar, *inaudita altera pars*, para que seja determinada (i) a imediata suspensão dos efeitos dos protestos dos clientes das Requerentes listados na planilha anexa (doc. 22), considerando a declarada exigibilidade perante a RioPet; e (ii) que os FIDCs contidos na planilha anexa (doc. 23) se abstenham de promover novos protestos em face dos clientes das Requerentes quanto às duplicadas quitadas em ato de boa-fé e assumidamente devidas pelas Requerentes aos FIDCs credores, já arrolados na Classe III –



Quirografia deste pedido recuperacional.

147) Ademais, sem prejuízo do deferimento do processamento do pedido de Recuperação Judicial, requerem seja concedido prazo adicional de 15 (quinze) dias, para que possam apresentar eventuais documentos complementares, caso necessários.

148) Por fim, as Requerentes informam que seus patronos têm endereço na Avenida Marechal Câmara, nº 271, 3º andar, Centro, Rio de Janeiro, local em que poderão receber intimações, e requer que todas as intimações sejam realizadas exclusivamente em nome de **JULIANA BUMACHAR**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 113.760, **sob pena de nulidade** (CPC, art. 272, § 5º).

149) Atribui-se à causa o valor de R\$ 681.481.168,50 (seiscentos e oitenta e um milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, cento e sessenta e oito reais e cinquenta centavos).

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 2022.

**Juliana Bumachar**  
**OAB/RJ 113.760**

**Hayna Bittencourt**  
**OAB/RJ 174.213**

**Marcella Moreira**  
**OAB/RJ 234.420**

**Victor Assumpção**  
**OAB/RJ 238.668**

**Pedro Marques**  
**OAB/RJ 237.340**

**Rodrigo Stumpf**  
**OAB/RJ 246.091**

[continuam as assinaturas das Requerentes na próxima página]

.....  
Rio de Janeiro - RJ | +55 (21) 2544-5138 | +55 (21) 99982-0021 | Av. Marechal Câmara, 271 / 3º andar - Castelo | 20020-080  
São Paulo - SP | +55 (11) 3885-6121 | R. Des. Eliseu Guilherme, 53/69 sala 122 - Paraíso | 04004-030



**RIOPET EMBALAGENS S/A**

Suriyah Participações Ltda.  
CNPJ: 08.345.186/0001-22  
Marcus Vinicius El-Huaick

Boghoz Participações Ltda.  
CNPJ: 08.210.158/0001-06  
Flavio Ozon Boghossian

**INJETRIO INDUSTRIA DE PLASTICO LTDA.**

Edmundo Carneiro de Araújo    Edivania Rodrigues da Silva Aguiar

**RESIN PLÁSTICOS LTDA.**

Marcus Vinicius El-Huaick

Marcio Netto de Araújo

**BMW PARTICIPAÇÕES LTDA.**

Suriyah Participações Ltda.  
CNPJ: 08.345.186/0001-22  
Marcus Vinicius El-Huaick

Boghoz Participações Ltda.  
CNPJ: 08.210.158/0001-06  
Flavio Ozon Boghossian

.....  
Rio de Janeiro - RJ | +55 (21) 2544-5138 | +55 (21) 99982-0021 | Av. Marechal Câmara, 271 / 3º andar - Castelo | 20020-080  
São Paulo - SP | +55 (11) 3885-6121 | R. Des. Eliseu Guilherme, 53/69 sala 122 - Paraíso | 04004-030

